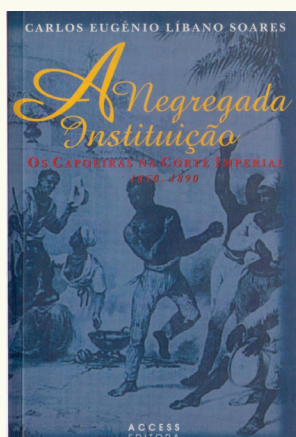


A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial (1850-1890)

De: Carlos Eugênio Líbano Soares
Rio de Janeiro: Access, 1999.

RESENHA | Ênio José da Costa BRITO^{1,2}



Grupos de negros ou homens pobres de todas as origens, portando facas e navalhas, atravessando as ruas em 'correrias' ou indivíduos isolados, igualmente temidos, conhecedores de hábeis golpes de corpo que passaram à tradição como 'capoeira', como eram chamados, faziam parte integrante da cultura popular de rua de então (Carlos Eugênio Líbano Soares).

Em “*A negregada instituição: os capoeiras na corte imperial (1850-1890)*”, Carlos Eugênio Líbano Soares visa colocar o tema da capoeira entre os macro-temas da historiografia da diáspora. Tema, ainda, pouco abordado pelos historiadores. Sua importância reside, ainda, no fato de traçar a gênese de uma manifestação cultural, que ajuda-nos compreender dinâmicas culturais da atualidade.

Para atingir este objetivo de mergulhar no universo social e cultural da capoeira, analisa uma vasta documentação da segunda metade do século XIX, ainda não estudada. O resultado dessa ampla pesquisa é apresentado em seis capítulos intitulados: *De Malungos e N'Golos: Origens; Dos Nagoas e Guaimus: a formação das maltas; De cativos e menores: a composição das Maltas; Dos fadistas e galegos: os portugueses na capoeira; Da flor da gente à Guarda Negra: os capoeiras na política imperial e De Siqueira a Sampaio: as ondas de repressão.*

A pesquisa de Soares faz um amplo resgate da presença dos capoeiras na cidade do Rio de Janeiro, presença que deixou marcas indelévels na vida da cidade. Pretendemos resgatar os tópicos principais do livro, antes de um breve comentário sobre o mesmo.

¹ Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, Pró-Reitoria de Pós-Graduação, Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Setor de Pós-Graduação. R. Ministro de Godói, 969, 4º andar, Perdizes, 05014-901, São Paulo, SP, Brasil. E-mail: <brbrito@uol.com.br>.

² Instituto São Paulo de Estudos Superiores, Faculdade de Teologia, Curso de Teologia. São Paulo, SP, Brasil.

Recebido em 22/5/2015 e aprovado para publicação em 18/6/2015.

A capoeira na pena dos cronistas e folcloristas

Perseguida, estigmatizada e vista como flagelo social no século XIX, a capoeira acabou sendo elevada a status de expressão corporal graças aos escritos dos cronistas da época. Entre eles, Plácido de Abreu, Alexandre Mello Morais Filho, Lima Campos, Pires de Almeida e Coelho Neto.

Os folcloristas dão continuidade a este processo, com outro enfoque. “A visão cultural traçada por Querino, distante das óticas policialescas e regeneradoras da Primeira Republica, representava o marco de um novo campo de estudos: o folclore ou a ciência da cultura popular” (SOARES, 1999, p.14).

Edison Carneiro e Luis Câmara Cascudo, dão prosseguimento as pesquisas sobre a capoeira, o primeiro vê na capoeira uma festa, uma atividade lúdica, enquanto o segundo toca na questão da origem africana. Para o autor: “a linha do folclore busca recuperar a capoeira enquanto festa, manifestação cultural genuinamente brasileira, expressão da nacionalidade, mas no plano de uma investigação histórica ela recupera o memorialismo, sem realizar estudos profundos na direção do passado” (SOARES, 1999, p.16). A análise folclorista tem seu ápice com Waldeloir Rego (*Capoeira de Angola. Ensaio sócio-etnográfico*, publicada em 1968).

Para Adolfo Morales de Los Rios a capoeira deita raízes na escravidão urbana, sendo vista como intrinsecamente ligada ao mundo citadino, linha interpretativa que se consolidou na década de 1980, quando a capoeira é vista “Como simbólico da resistência à escravidão, com seus significados híbridos de luta-festa” (SOARES, 1999, p.17).

Nas primeiras décadas do século XIX, duas são as características identificadoras da capoeira: a condição escrava e a origem africana. Soares pensa a capoeira, como uma resposta cultural dada à violência da escravidão pela Proto-Nação Bantu, criada no sudeste pela massiva presença de africanos da África ocidental. “Mas talvez o aspecto mais sedutor dos registros de prisão de escravos por capoeira nas primeiras décadas do século XIX foi a percepção de uma identidade cultural própria, com certeza construída com base em códigos africanos de identidade tribal combinados com rivalidades locais produzidas pela experiência da escravidão urbana” (SOARES, 1999, p.28).

A indumentária e outros adereços como fitas vermelhas e amarelas identificavam as maltas e os espaços geográficos ocupados por elas na cidade. A escravidão urbana facilitava a circulação dos escravizados e libertos, abrindo espaço para as trocas sociais e culturais. A capoeira não ficou circunscrita aos escravizados, dela participavam homens livres pobres e estrangeiros.

Capoeiras: os donos da rua

O autor pergunta pelas origens da formação das maltas, “unidade fundamental de atuação dos praticantes da capoeiragem” (SOARES, 1999, p.44). Na década de 1850, a geografia das maltas já estava bem definida e perto da Proclamação da República dois grupos são hegemônicos, os guaiamus e os nagôas. Estes identificados pelo uso da cor branca, concentrados na área central da cidade e os guaiamus identificados pela cor vermelha e circunscritos a áreas de recente ocupação da cidade.

Para Soares (1999, p.52), “os dados que temos apontam para uma tendência: nagô a teria relação com africanos e baianos, seguidores da religião dos orixás, ou pelo menos próximos. Guaiamum seria uma tradição nativa, ‘crioula’, natural da terra, ligada aos escravos nascidos no Brasil”.

Como explicar o conflito entre eles, em parte devido as marcantes diferenças coloniais, que a escravidão não apagava. O fim do tráfico e o fluxo de cativos para as regiões cafeeiras explicam em parte. O número de africanos cai com a proibição do tráfico, o que leva o autor a pensar que nagôas e guaiamus da década de 1880 estão distantes de uma matriz escrava.

Conflito, que será cooptado pelos partidos políticos, os guaiamus se associaram ao partido conservador e os nagôas aos defensores da abolição. Ao longo dos anos, protagonizarão fortes embates. A “Guarda Negra” formada após a Lei Áurea era constituída em sua maioria por capoeiras, ela combatia os republicanos. A forte repressão da década de 1890, levada adiante por Sampaio Ferraz leva ao desaparecimento dos guaiamus e os nagôas.

Os conflitos entre os capoeiras eram ritualizados, ocorriam em determinado espaço (tabernas) e em geral em dia de festa, que coincidia com a folga da escravaria urbana. “A consistência com que algumas práticas dos capoeiras se repetem no cotidiano de embates revela um assomático de experiências compartilhadas socialmente, práticas transformadoras em tradição, hábitos sedimentados em rituais informais” (SOARES, 1999, p.79).

Soares pergunta: “Quais seriam os significados da presença tão marcante dos capoeiras nas festas populares da Corte, seguindo procissões, ou à frente de bandas militares?” (SOARES, 1999, p.81).

Os capoeiras primavam pela notoriedade o que é confirmado pelas fontes jornalísticas. Na segunda metade do século XIX, as relações entre o mundo militar e o universo da capoeiragem se intensificaram. Desde a década de 1850, a presença de capoeiras nas corporações militares era um fato dado, a Guarda Nacional tornara-se um refúgio natural dos capoeiristas. Por ocasião da Guerra do Paraguai e no pós-1870 tem-se uma forte presença de capoeiras no exército.

“Desafiando regulamentos, socializando-se com escravos e pobres livres na cidade, exibindo habilidades, enfrentando policiais, afrontando a hierarquia, os soldados-capoeiras representavam mais uma faceta da guerra das ruas nas últimas décadas do século XIX” (SOARES, 1999, p.88).

A constituição da malta se dava através de uma elaborada ritualização, que transformava os “moleques de rua” em “caxinquelês”. Os “exercícios de capoeiragem” ocorriam tanto nas partes mais urbanizadas como nos lugares mais recônditos da cidade, que se expandia. A entrega da navalha e o uso do chapéu sinalizavam o termino do processo de iniciação.

As mudanças ocorridas na capoeira acompanharam as da cidade na segunda metade do século XIX. De perfil majoritariamente africana, passa a ter uma presença de não escravos e brancos, que influenciaram o horizonte cultural da capoeira, mas foram também, influenciados pela herança africana, em particular pelos conflitos. Estes criam dentro da massa escrava, os nagôas e os guaiamus. “A gênese dos nagôas e guaiamus foi, com certeza, o processo mais importante de toda a história da capoeira no Rio da segunda metade do século XIX” (p.95). A capoeira acompanhou a evolução populacional da cidade que viu a diminuição dos africanos e o crescimento dos crioulos.

“Nagôas e guaiamus são clivagens sociais muito provavelmente criadas dentro da massa escrava. A suspensão da vinda de novos africanos elimina a constante reposição da identidade étnica, no contexto da diversidade africana, fator permanente de divisão e manutenção de conflitos culturais e religiosos criados do outro lado do Atlântico” (SOARES, 1999, p.95).

O Livro de matrícula da Casa de Detenção

O autor recorre aos Livros de Matrícula da Casa de Detenção, fonte preciosa para reconstruir os padrões de moradia, trabalho, cor, etc. daqueles presos como capoeiras. Levantou 2632 fichas de presos por capoeiragem.

A Casa de Detenção iniciou suas atividades, em 17 de setembro de 1856, registrando os presos em dois livros um para cativos e outro para livres. O capoeira Constantino, africano de Ossá, abriu o primeiro livro para escravos.

A capoeira viveu um período turbulento de transição nos inícios dos anos de 1860, deixando de ser só de escravos e negros para contar com a participação de capoeiras livres e até imigrantes. Neste período, tem-se os primeiros registros de capoeiras pertencentes às maltas, cujos chefes eram africanos. O ano de 1863 registrou 51 capoeiras presos. A maior participação na capoeira ocorria entre os 26 a 35 anos. Artesãos e fabricantes eram a maioria.

Em 1860, temos os primeiros registros de capoeiras livres, na sua maioria imigrantes portugueses, que viviam em estreita simbiose cultural com a população negra. Nos anos 1870, encontram-se registros de membros das maltas das regiões centrais e em 1877, da zona periférica, como a malta do Espírito Santo.

Para o autor, “a capoeira era vista pelo nascido fora da Corte e recém-chegado como um canal de possível incorporação no ambiente complexo da Corte” (SOARES, 1999, p.124).

O grande número de portugueses presos entre 1861 e 1868 pode ter como explicação a presença dos nativos na Guerra do Paraguai. Na passagem de 1870 para 1880, mesmo com a volta dos Voluntários da Pátria, o número de escravos da cidade é reduzido.

Em 1879, período de agitação da massa escrava, “os Livros de Entrada na Casa de Detenção para escravos são testemunhos eloqüentes do drama vivido por cativos que não aceitavam mais sua condição, e tentavam interferir nas decisões tomadas sobre suas vidas” (SOARES, 1999, p.129). Escravos acionando a polícia, participando da Revolta dos Vintém.

Em 1881, o autor localiza um registro raro, maltas compostas por escravos e livres. Estas maltas atuavam nas freguesias do Sacramento, de Santa Rita e São José. O desaparecimento dos africanos no mundo da capoeira na década de 1889, aponta para a ruptura de uma tradição.

A grande repressão a capoeira inicia-se na década de 1880, recrudescendo em 1890, com Sampaio Ferraz, apelidado “Cavanhaque de Aço”. Seu projeto repressor era de exterminar a raiz reprodutora da cultura capoeira na cidade.

Em 1880, a grupo de tradição Nagôa, que dominava o Campo de Santana, conhecido como “Cadeira de Senhora” é preso; as freguesias Santana e Santa Rita perdem espaço para periferia; os Guaiamus ressurgem e atraem capoeiras brancos imigrantes e a freguesia de Santana continua como um espaço privilegiado de concentração das maltas. Não é fácil determinar os fatores que influenciaram na constituição das maltas, vistas como fonte de proteção e solidariedade por escravos e imigrantes pobres.

Em 1890, inúmeros capoeiras presos são deportados para Fernando de Noronha, por ordem de Sampaio Ferraz. “Os dados reforçam que ser capoeira no Rio Imperial era atributo dos jovens, cuja grande maioria tinha entre 20 a 30 anos” (SOARES, 1999, p.152).

Imigrantes portugueses na capoeira

A campanha para extirpar os capoeiras, iniciada por Sampaio Ferraz, nos primeiros dias de novo regime republicano, prendeu o comerciante português Antonio Joaquim Pereira Martins, 29 anos, nascido em Braga.

A mobilização das autoridades portuguesas no Brasil e no exterior levou o Ministro da Justiça, Manuel Terra de Campo Sales, a ordenar a Sampaio Ferraz que soltasse o português, o que ocorreu de fato em 28 de setembro de 1890. “Um dos detalhes mais significativos dessa longa novela é que a acusação inicial do Chefe da Polícia, a de que Antônio Joaquim era capoeira, jamais foi contestada” (SOARES, 1999, p.170).

O compartilhar condições de vida e trabalho com a população negra favoreceu a imersão dos imigrantes portugueses no mundo da capoeira. Outro dado surpreendente que facilitou a inserção foi a figura do fadista, personagem da marginalidade lisboeta do século XIX. “Fadista e capoeiras compartilhavam uma mesma origem: subprodutos de uma sociedade urbana desigual e violentamente excludente, eles simbolizavam um universo cultural singular e único” (SOARES, 1999, p.172).

No século XIX, duas personagens se destacavam na sociedade lisboeta: o fadista, com sua navalha, e a marialva, burguês freqüentador do sub-mundo. Fadistas e capoeiras tem muito em comum: a linguagem, os trajes, a violência e a predileção pela vida na cidade. Fadistas deixam sua marca nas maltas, tanto que a navalha tornou-se o símbolo da capoeira, quando antes era a cabeçada.

Com o fim do tráfico, homens negócio da Corte buscaram nos imigrantes portugueses açorianos a solução para o problema da mão-de-obra. Os açorianos na sua maioria jovens, sem apoio dos patrícios e do Estado iam morar nos cortiços do centro da cidade.

As maltas eram vistas pelos imigrantes como espaço de solidariedade e socialização. No entanto, entre portugueses e a população negra havia tensões relacionadas com o mercado de trabalho. Jovens portugueses abandonando o preconceito se relacionaram intensamente com a população negra. “Estes negros e mestiços, em décadas a fio de convívio na cidade colonial, controlavam os canais sociais que permitiam estabelecer um *modus vivendi* com a violência policial e as oportunidades fugazes de trabalho e lazer” (SOARES, 1999, p.183).

Entre 1850 e 1870 se deu o processo de integração dos portugueses nas maltas, essa presença se manteve estável na década de 1870 e 1880 e retraiu no período da repressão. Estes imigrantes na sua maioria provenientes da Ilha dos Açores, do Norte de Portugal e poucos do Porto. “A pressão social a que eram submetidos os jovens imigrantes deve ter acelerado sua socialização no ambiente urbano, e facilitado sua aceitação dentro dos grupos” (SOARES, 1999, p.187).

A verdade é que a capoeira conquistara a elite da cidade, os filhos das “boas famílias” tiveram seu tempo de capoeira: Sampaio Ferraz, Plácido de Abreu e o próprio Floriano Peixoto. Ao longo dos anos, a capoeira tornou-se a “porta de entrada” da cidade para os que vinham de fora. “Construída por africanos em terras brasileiras, a capoeira vai ter seu destino marcado pelo caráter cosmopolita da capital do Império” (SOARES, 1999, p.195).

O autor enumera os fatores explicativos da forte presença portuguesa: a maioria dos imigrantes era portuguesa; a vida cultural dos pobres de Lisboa se aproximava da cultura urbana da cidade do Rio de Janeiro, o que levou fadistas e escravos a uma interação *sui generis* e ainda a proximidade de condições de vida e trabalho e os laços de solidariedade tecidos no dia-a-dia. “Irmanados na mesma desdita, africanos, crioulos e portugueses no

Rio de Janeiro após 1850 demonstraram para os seus contemporâneos e para os homens do futuro o quanto a cultura poderia ser transformada pelos seus agentes mais humildes” (SOARES, 1999, p.195).

Os capoeiras e a política

Para muitos autores, os capoeiras foram manipulados e instrumentalizados ao participarem da política nos últimos anos da Monarquia. Soares contesta esta visão simplista demonstrando que: “o papel exercido por esses grupos era fruto de uma opção política. Uma opção moldada por uma experiência social e cultural específica, marcada pelas peculiaridades da sociedade urbana carioca das últimas décadas do século” (SOARES, 1999, p.206). Aponta como indicativos desta participação a aliança dos capoeiras com o partido conservador e a criação da Guarda Negra.

A tensão política no pós-guerra cresceu entre liberais, aliados do poder, em 1868, e os conservadores, receosos de perder hegemonia e as maltas que ressurgem com a participação nelas dos ex-combatentes vistos, agora, com bons olhos pela população da cidade (1870). A Guerra do Paraguai contribuiu para mudar a visão da sociedade com relação ao Exército Brasileiro, os negros, os mestiços e os homens pobres da cidade.

A pressão internacional e a resistência escrava levam o governo a adotar a política emancipacionista. A Lei do Ventre Livre é um dos primeiros frutos desta política. As eleições de 1872, “eleições de sangue”, foram um marco na vida política do Segundo Império, pela atuação da malta “Flor de Gente” na cena política, pela participação de negros, livres e escravos no processo político, pelo papel decisivo de ex-combatentes da Guerra do Paraguai e pela atuação pessoal de Duque Estrada Teixeira.

“Em síntese, podemos entender a ‘Flor de Gente’ como produto da conjuntura pós-1870, um contexto de tensão política cada vez maior, e de acirramento do ‘não quero’ dos escravos, o que aponta para novas formas de cooptação e incorporação de setores ‘subalternos’ ao círculo de influência da elite dirigente” (SOARES, 1999, p.228). Fatos reveladores da participação popular na vida política no final do segundo Reinado.

As eleições e os conflitos de 1873 revelaram a tensão entre capoeiras e republicanos e o quanto, os capoeiras estavam envolvidos com a política. As facções políticas do Império contavam com a força dos capoeiras, os conservadores foram mais hábeis e por décadas tiveram o serviço das maltas.

Com a volta dos liberais ao poder, em 1878, há uma retomada da repressão aos capoeiras, comandada pelo novo Chefe de Polícia Tito Augusto Pereira de Mattos. No entanto, apesar do sucesso inicial, “Tito não conseguiu acabar com a força político-eleitoral das maltas, nem isolar o fenômeno e seus praticantes (SOARES, 1999, p.240). Para o autor, um dos motivos do fracasso foi o desconhecimento por parte do Chefe de Polícia dos mecanismos que interligavam capoeiras e chefes políticos.

A década de 1880 vê o crescimento da “partidarização do cotidiano politizado das classes populares urbanas. Isto é, a inclusão dos conflitos partidários na micro-política do cotidiano das classes populares na Corte” (SOARES, 1999, p.242).

Para deslindar os meandros do quadro político da década faz-se necessário ter presente o “partido capoeira”, com suas duas características: uma política de rua dirigida aos

adversários e a sociedade e sua autonomia frente às grandes agremiações. As alianças tecidas ao longo dos anos com os conservadores, liberais e republicanos atendiam os interesses do grupo e revelavam um *modus vivendi* construído lentamente pelos capoeiras. A presença massiva dos capoeiras no “corpo de secretas” é um dos frutos deste diuturno trabalho político.

A relação entre as maltas de capoeiras e os abolicionistas revela ser a questão da abolição um divisor de água. Tem grupo de capoeiras a favor e contra a abolição, replicando o ocorria no interior do partido conservador.

O ápice da presença das maltas de capoeira no âmbito político se deu em 1888, depois, tem-se início o declínio. No segundo semestre de 1888, dois projetos de Guarda Negra foram gestados: um dos militantes abolicionistas e dos libertos e outro do gabinete conservador de João Alfredo Correia de Oliveira. Apenas o segundo vingou.

“A Guarda Negra é um capítulo de uma saga muito mais ampla [do que pensam alguns estudiosos]. Uma história que dominou a vida política da Corte durante 20 anos, pelo menos” (SOARES, 1999, p.253). Ela deita raízes na prática política da Flor de Gente, dos capoeiras do Partido Conservador e do clientelismo e favoritismo que reina na política.

No entanto, João Alfredo não levou em conta a tradição autonômica do Partido Capoeira. Os grupos hegemônicos sempre tiveram dificuldades para controlar as ações sociais de escravos e libertos. Daí a questão: “Como levar escravos a participar politicamente na sociedade e evitar a politização de suas questões mais prementes foi um dilema nunca resolvido pelo grupo conservador?” (SOARES, 1999, p.262).

Após o golpe militar de 15 de novembro de 1889 inicia-se uma repressão sistemática aos capoeiras, comandada por Sampaio Ferraz. No entanto, ele não conseguiu acabar com o ‘capanguismo político’ na cidade do Rio de Janeiro. O Partido Capoeira, que visava influir nos rumos políticos da Nação, se extinguiu com o fim da Monarquia.

Tempos de repressão

Como entender as intrincadas relações tecidas entre capoeiras e policiais nos anos que antecederam 1850? Nesta década, tem-se início um novo ciclo de repressão, ocasionada pelas profundas mudanças ocorridas na cidade e pelo fato da prática da capoeira não ser mais exclusiva dos escravos.

Ao assumir a Chefia da Polícia, em 1853, Alexandre Joaquim de Siqueira, instaurou uma feroz repressão. Inúmeros guardas nacionais capoeiras foram enviados para a Ilha das Cobras. Seu modelo de ação fez escola e ajudou a criar o mito do chefe de polícia salvador da cidade.

Antes da Guerra do Paraguai, as prisões continuavam, em 1861, 407 capoeiras foram presos e em 1862, 404, principalmente, no período de festas. Recrutados como voluntários para a Guerra, os capoeiras se destacaram, na volta são recebidos com festa na Corte. “Mas as autoridades policiais mal sabiam que, com o retorno de alguns recrutas, ex-vadios e desordeiros, agora ‘Defensores da Pátria’, seus problemas apenas começavam” (SOARES, 1999, p.289).

O início da década de 1870 registrou tensão e mudança no perfil da criminalidade, agora levada adiante por soldados e militares de baixa patente, que não acatavam o

autoritarismo policial. A Lei nº 2033, de 20 de setembro de 1871³, relacionada com a prisão preventiva, ao retirar a competência da autoridade policial e delegar ao juiz competente, favoreceu aos capoeiras.

Com a criminalidade em alta, o novo Chefe de Polícia Ludgero Gonçalves da Silva (1872-1875) iniciou uma nova campanha contra capoeiras, casas de jogos clandestinos e manifestações populares.

Mas já em agosto, capoeiras presos em janeiro e fevereiro estavam soltos, participando do ataque aos liberais, por ocasião das eleições. Para o autor: “iniciavam-se longos anos de simbiose e cumplicidade, entre a estrutura política, e as classes perigosas, e o intermediário desta troca era a instituição policial” (SOARES, 1999, p.300). Aliança que protegeu os capoeiras por duas décadas.

O conflito crônico envolvendo as diversas malhas de capoeiras continuavam em 1878, em parte devido ao prestígio adquirido nas décadas de 1870. Com a volta dos liberais ao poder, um novo ciclo repressivo se inicia sob o comando de Tito de Mattos. No entanto, “o policiamento do novo governo teria de enfrentar anos de cumplicidade entre crime e polícia, ordem e desordem, beco e gabinetes” (SOARES, 1999, p.303).

A vasta rede de solidariedade tecida entre policiais e capoeiras era muito forte e desarticulá-la não era trabalho para a ação de um único Chefe de Polícia. A volta dos conservadores ao poder e não ter conseguido dismantlar as redes de solidariedade tecida pelos capoeiras selou o fim da carreira de Tito de Mattos. “Seria necessário uma reforma da estrutura policial que expurgasse este convívio ‘daninho’. Pelos dez anos, o ‘império da navalha’ ainda daria as cartas na metrópole dos trópicos” (SOARES, 1999, p.306).

Teias de relações, entre capoeiras e as instituições de polícia, corporações militares e elites políticas, foram tecidas nos últimas décadas da monarquia. “As aventuras dos capoeiras nos corredores da justiça desvelam a face oculta de uma sociedade acobertadora da violência das ruas, que agia na surdina, e que tinha os capoeiras como clientes e agentes da violência privada” (SOARES, 1999, p.306). Aventuras, que se ampliaram na década 1880 e acabaram por fomentar uma intensa onda repressiva na década de 1890, pela República positivista e autoritária.

Os governantes liberais mostraram-se incapazes de transformar capoeiras em aliados políticos de ocasião, prática usual dos governos conservadores. Com a volta desses ao poder em 1885, as teias de relações entre capoeiras e o aparato policial alcançaram sua dimensão mais refinada, no ministério do Barão de Cotegipe. A queda dos capoeiras só ocorreu com a queda da Ordem Monarquia.

João Batista Ferraz, vulgo “Cavanhaque de Aço” foi o primeiro Chefe de Polícia do regime republicano, assumiu em 1889 e deixou o posto um ano depois, em novembro de 1890. Com estratégia definida começou sua obra, após organizar uma lista de nomes e endereços dos principais capoeiristas da cidade, após extinguir a Polícia Secreta, prender praças e guardas com ligações com os capoeiras e trazer policiais de São Paulo.

A operação teve início em 10 de dezembro de 1889, inúmeros capoeiras presos foram enviados para Fernando Noronha. Em 12 de junho de 1890, deporta o príncipe dos Cordões Elegantes, José Elysio dos Reis, o célebre Juca Reis, a contra gosto de personalidades importantes do novo governo.

³ Esta Lei encaixa-se no contexto da Lei do Ventre Livre. Trata-se de uma ementa que altera diferentes disposições da Legislação Judiciária, tendo sido proposta pelo Conselheiro V.A. de Paula Souza e sancionada pela Princesa Imperial Regente em nome de sua Magestade, o Imperador o Senhor D. Pedro Segundo. Publicação original: Coleção de Leis do Império do Brasil, 1871, p.126, vol.1, pt.I. Disponível em: <[http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpd-06/leis1871/pdf#pa ge=5](http://www.camara.gov.br/internet/infdoc/conteudo/colecoes/legislacao/legimpd-06/leis1871/pdf#pa%20ge=5)>. Acesso em: 18 maio 2015.

“Em 11 de outubro de 1890 o novo Código Penal da República realizava o que a monarquia não tinha conseguido em quase 50 anos de regime: transformar a capoeira de delito ou contravenção em crime” (SOARES, 1999, p.338). Só em 1932, a capoeira será tirada por Getúlio Vargas do rol dos crimes.

Méritos

A *negregada instituição* deixa claro ser a capoeira parte integrante do tecido social e cultural da sociedade fluminense do século dezanove, deixa claro ser ela uma autêntica “cultura de rua”.

Para o autor, “prática lúdica, forma de resistência, memória gestual, símbolo de identidades, meio de sobrevivência no ambiente urbano, ou quaisquer outros significados possíveis, a capoeira nos impõe a necessidade de irmos fundo na busca da gênese cultural de nosso povo como base maior da construção do país” (SOARES, 1999, p.340).

Soares nos convida pensar nas práticas culturais populares e afro-brasileiras, que contribuíram fortemente no processo de constituição da nação e continuam sendo negadas e exotizadas. Convite que atende em cheio uma das exigências da Lei 10.639, que obriga o ensino da história da África nas escolas. Ensinar história da África não é só voltar ao passado africano, o que não deixa de ser importante, mas desvelar as permanências atuais da cosmovisão africana presente na realidade sócio-religiosa brasileira.

O autor ao mostrar ser a capoeira “um ponto de identidade social, de construção da coletividade, de afirmação da solidariedade, de socialização e de encontro de homens das mais diversas origens” (SOARES, 1999, p.152), desvela a potencialidade das contribuições culturais marginalizadas de ontem e de hoje. Potencialidades expressas na capacidade de se adaptarem, criativamente, nos ambientes mais hostis.

A *negregada instituição* respaldada numa ampla pesquisa realizada em importantes arquivos como Arquivo Nacional, Arquivo Judiciário do Rio de Janeiro, Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro, Arquivo Geral da Polícia Militar do Rio de Janeiro e em fontes impressas, apresenta um percurso instigante e cativante aliado a análises perspicazes.

De tão didático e digo mesmo leve, pode ser lido não apenas pelo que revela desta fascinante prática cultural, mas também por constituir-se num modelo para futuras pesquisas de outras práticas culturais presentes na nossa sociedade.